

158

Classificado de acordo com o art. 217
de Resolução 58/1 1972 Subsecretaria
de Arquivo 11 de dezembro de 1996
Adelina Calvan
Chefe da Seção de Arquivo de Propostas



SENADO FEDERAL

FICHEADO

PROJETO DE LEI DO SENADO

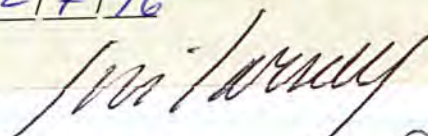
Autor: Senador José Sarney

Nº 158, DE 1996

EMENTA: Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

58
À Comissão de
ASSUNTOS SOCIAIS

Em 12/7/96 (decisão terminativa)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 1996

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização deverá ser revista e republicada anualmente, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das oriundas da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL
Protocolo LegislativoP.L.S. Nº 158/96
Fls. 01 8

Justificação

Está na nossa Constituição (art. 196) que a saúde é um direito de todos e que é dever do Estado garanti-lo.

O acesso à assistência farmacêutica por parte de alguns grupos vulneráveis — como é o caso dos portadores do HIV e pacientes de Aids — é um dos elementos desse direito de cidadania que, apesar do dispositivo constitucional, não se concretizou integralmente.

As notícias que nos chegam da XI Conferência Internacional sobre Aids, realizada em Vancouver, no Canadá, sobre os novos esquemas terapêuticos para o tratamento da Aids, ao mesmo tempo em que oferecem esperanças para milhares de pessoas, trazem o desafio de encontrar meios para disponibilizar esses medicamentos para todos que deles necessitam, em razão de seu custo elevado, tanto para pacientes individualmente como para os programas governamentais de controle e assistência à Aids.

Preocupados com a relevância de outros problemas de saúde, as autoridades sanitárias podem considerar que esta não seja uma ação prioritária. A aprovação recente da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras aportará ao setor saúde recursos com os quais poderá fazer frente a essa nova despesa.

A proposição que apresento aos nobres colegas desta Casa visa, assim, não apenas a garantir a concretização do dispositivo constitucional como, também, ao cumprimento de um dever de humanidade para com os brasileiros acometidos pela Aids.

A adoção desses novos esquemas terapêuticos — que a imprensa passou a denominar “coquetel de drogas” ou “esquema tríptico”, talvez influenciada pela denominação do esquema clássico de tratamento da tuberculose, utilizado por muitos anos — deverá ter um impacto significativo na evolução da epidemia e poderá reduzir gastos com a assistência de pacientes, uma vez que diminuam o número e a frequência de infecções oportunistas, reduzindo, em consequência, o número de internações e a necessidade de assistência, inclusive farmacêutica, desses pacientes.

Por outro lado, um país como o Brasil, de tão grandes riquezas, de fortunas particulares incluídas entre as maiores do mundo, não pode deixar de assumir a responsabilidade de oferecer condições de vida e esperança a milhares de brasileiros, vítimas da pandemia do HIV.

É com esta intenção que ofereço à consideração dos nobres colegas esta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em


Senador José Sarney

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. N.º 158/96

Fls. 02 P

*Aprovado
Em 10.09.96*

[Signature]

Inclua-se em Ordem do Dia,
após manifestação da CAS,
nos termos do parágrafo único do
art. 255 do RISE.

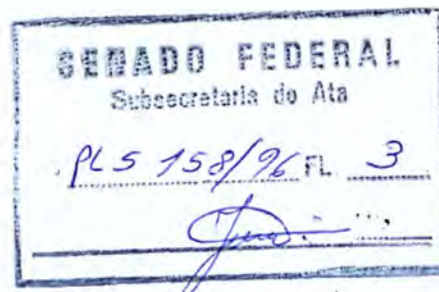
Em 21/08.96

REQUERIMENTO Nº 782, DE 1996

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requero a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais já se encontra esgotado.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1996.

[Signature]
Senador



21/08

OF SF/ 1150 /96

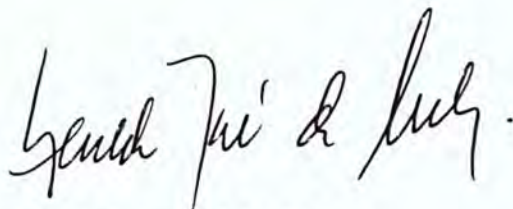
Em 22 de agosto de 1996.

Senhor Presidente

² Comunico a V. Ex^a que foi apresentado o Requerimento nº 783, de 1996, através do qual o Senador José Sarney solicita, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do dia do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996.

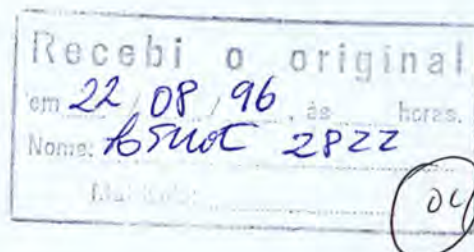
Outrossim, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno, solicito a manifestação dessa Presidência sobre a providência requerida.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex^a os meus protestos de consideração e apreço.



SENADOR GERALDO MELO
No exercício da Presidência

Exmo. Sr.
Senador Beni Veras
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
Brasília - DF.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

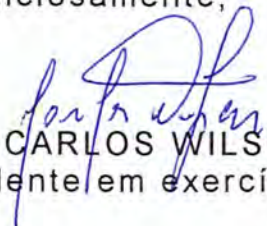
Ofício nº 036/96-CAS

Brasília, 29 de agosto de 1996.

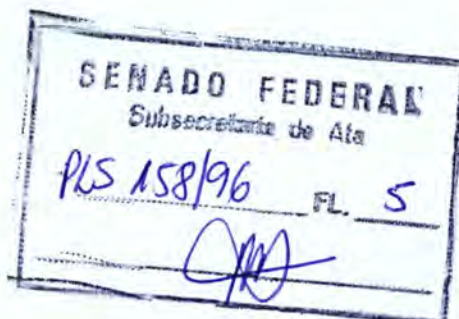
Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício 1.250/96, referente ao requerimento nº 78~~2~~, de 1996, para inclusão em pauta do Projeto de Lei do Senado nº 158 de 1996, informo a V. Exa. que nada tenho a obstar sobre a providência solicitada.

Atenciosamente,

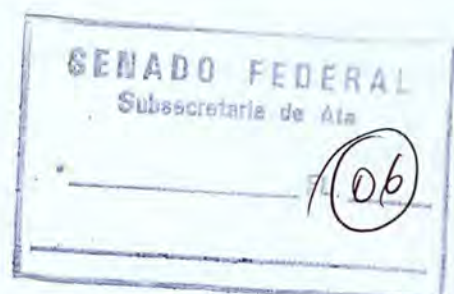

Senador CARLOS WILSON
Presidente em exercício

Exmo. Sr.
Senador JOSÉ SARNEY
D.D. Presidente do Senado Federal
N E S T A



A Presidência, não havendo objeção do Plenário, fará constar da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 10, o Requerimento nº 782, de 1996, que estava agendado para o dia 12 próximo. (Pausa)

Como não houve objeção do Plenário, a Presidência assim irá proceder.



18:30

10-9

10-9

⁸⁹⁷
REQUERIMENTO Nº 158, DE 1996

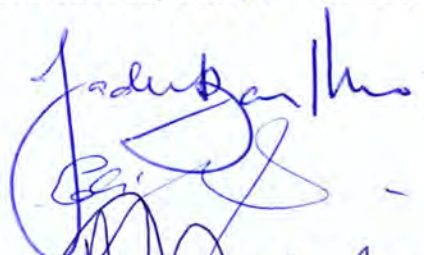
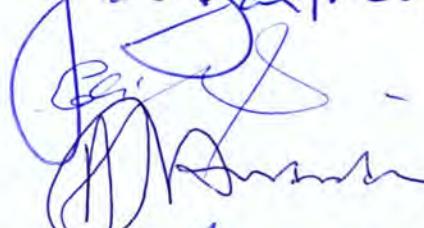



Aprova
Em 10-09-96

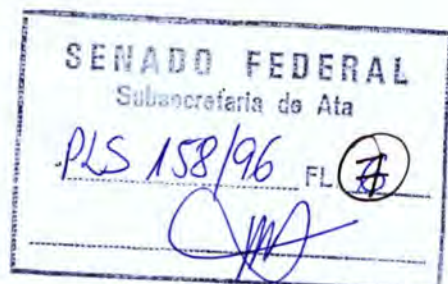


Senhor Presidente,

Nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.*

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1996

 JADER BARBALHO (PMDB - 24)
 PFC EDISON LOBÃO (PFL - 22)
 ADEMIR ANDRADE (PSB - 02)
 VALMIR CAMPELO (PTB - 04)
 JEB





~~Minuta~~

PARECER Nº ~~1~~, DE 1996

*~~Parecer~~ de Plenário, em substituição à
Comissão de Assuntos Sociais, sobre o
Projeto de Lei do Senado nº 158, de
1996, que "dispõe sobre a distribuição
gratuita de medicamentos aos
portadores HIV e doentes de Aids".*

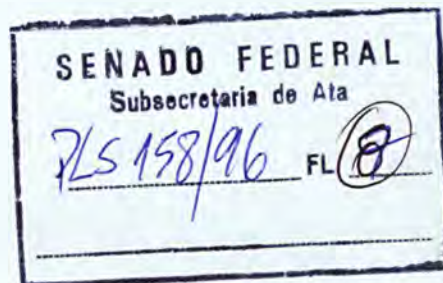
RELATOR: SENADOR *Lucio Alcântara*

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em tela, de autoria do eminente Senador José Sarney, tem como objetivo garantir o atendimento médico gratuito aos portadores da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – SIDA, nas unidades do Sistema Único de Saúde.

O art. 1º determina que os portadores de HIV (vírus de imunodeficiência humana) e aqueles que já apresentam os sintomas da doença "receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária ao tratamento."

O § 1º estabelece que os medicamentos serão padronizados pelo Ministério da Saúde, levando em conta cada estágio evolutivo da infecção e da doença, visando à orientação dos prestadores de assistência médica do Sistema, na aquisição dos medicamentos.





SENADO FEDERAL
CONSULTORIA LEGISLATIVA

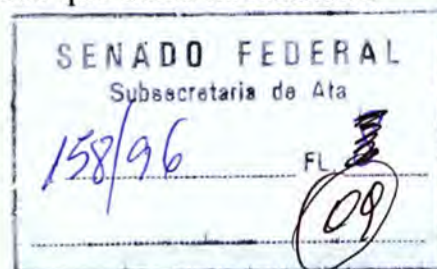
A padronização prevista no parágrafo referido deverá, conforme estabelece § 2º, ser "revista e republicada anualmente" adequando-se, desta forma, à evolução do conhecimento científico e às novas drogas medicamentosas que possam estar disponíveis no futuro.

O art. 2º determina que "as despesas decorrentes da implementação desta correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das oriundas da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira."

O art. 3º estabelece que a vigência desta lei dá-se na data de sua publicação. O art. 4º revoga as disposições em contrário.

Em sua justificação, o ilustre Senador José Sarney enfatiza os termos da Carta Magna de 1988 que, em seu art. 196, estabelece o princípio: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

É à luz desse princípio que o acesso à assistência farmacêutica, por parte dos soropositivos e pacientes de Aids, consistiria em um direito de cidadania, conforme justifica o autor do projeto, lembrando que a recente conferência internacional, realizada em Vancouver, acenou com novas esperanças – através de novas propostas terapêuticas para a Aids – indicando, aos responsáveis pela assistência à saúde, o desafio de "encontrar meios para disponibilizar esses medicamentos para todos aqueles que deles necessitam."



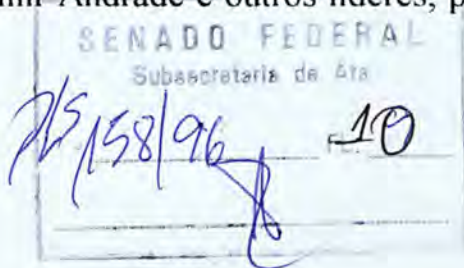


A presente proposição, portanto, visa à concretização desse direito, por meio ações de caráter público e social, com base em novos aportes de recursos, levando-se em conta os altos custos dos medicamentos disponíveis.

Por outro lado, o acesso universal a novas terapias e medicamentos – num esquema tríptico – certamente terá um impacto significativo na evolução desta grave epidemia, pois, conforme esclarece a justificção do projeto, por meio da aplicaço das novas drogas e terapias, e da reduço do número e freqüência das infecço oportunistas – que ocorrem freqüentemente nos pacientes aidéticos – conseqüentemente chegaremos à reduço das internações e da necessidade de assistência médica e farmacêutica, o que redundará em diminuio de outras despesas, no âmbito do sistema de assistência à saúde.

O presente projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental, esgotado em 7 de agosto passado. Distribuído ao Senador Lucídio Portella, como relator, e diante do esgotamento do prazo na Comissão, foi apresentado o Requerimento nº 782, de 1996, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para inclusão na Ordem do Dia.

Tendo o ilustre Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Carlos Wilson, concordado com a providência solicitada, foi a mesma, em 2 de setembro p.p., aprovada em sessão deliberativa ordinária. E em 10 de setembro passado era aprovado, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno desta Casa, o Requerimento nº 897, de 1996, de autoria dos ilustres Senadores Jäder Barbalho, Edison Lobão, Ademir Andrade e outros líderes, pela





SENADO FEDERAL
CONSULTORIA LEGISLATIVA

urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 158/96, que foi devidamente agendado para dia 12 de setembro.

É o Relatório.

II - VOTO

São indiscutíveis a relevância e a necessidade do PLS 158/96, que vem ao encontro de toda uma visão de saúde pública, defendida há muitos anos pelos profissionais do setor – tanto no meio acadêmico, como no meio de ações sanitárias e devidamente cristalizada nas propostas da histórica “VIII Conferência Nacional de Saúde” onde teve origem a proposta do Sistema Único de Saúde, há pouco mais de dez anos.

A recente X Conferência, realizada em Brasília, retomou as diretrizes anteriormente propostas, revelou a eficácia das experiências realizadas e apontou as carências existentes, ao constatar o desrespeito às linhas mestras do SUS. Apontou, igualmente, como urgente, a necessidade de implantação do SUS, para o enfrentamento das condições epidemiológicas de toda uma população, ainda carente de atendimento.

Os pacientes portadores do vírus HIV estão entre os grupos populacionais mais vulneráveis às patologias, dadas as peculiaridades desta nova doença, que já se transformou numa pandemia, cuja abrangência comporta e exige uma ação coordenada de todos, e de cada país onde ela se apresenta.





SENADO FEDERAL
CONSULTORIA LEGISLATIVA

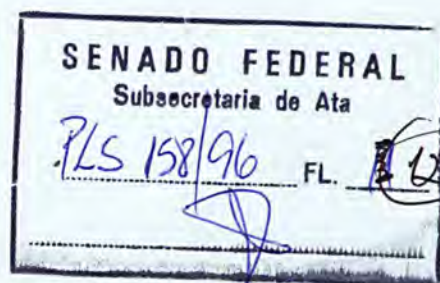
Somente uma ação rápida e efetiva, na busca da prevenção – o que já vem sendo feito, em nosso País – e do controle – em termos epidemiológicos – poderá trazer resultados, senão imediatos, positivos, no que concerne à terapêutica e à proteção da saúde de pessoas.

Estaremos assim cumprindo, também, as diretrizes determinadas pela Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, de 19.09.1990 – que preconiza “a redução de riscos de doenças” bem com “o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde “visando garantir à população” condições de bem-estar físico, mental e social.”

Não tendo nada a obstar quanto a juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa do presente projeto de lei, somos pela sua aprovação, na forma em que se encontra lançado.

Sala das Sessões, em 12.11.96

Lucio F. Alcaraz, Relator



1

COMISSÃO DIRETORA
PARECER Nº 515 , DE 1996

Aprovada
em 12.9.96
A Câmara dos Deputados Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 158, de 1996.
Diogo U. P.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV doentes de AIDS.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 12 de setembro de 1996.

[Assinatura]
[Assinatura], PRESIDENTE
[Assinatura], RELATOR

[Assinatura]

SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Ata	
PLS 158/96	FL. 13

ANEXO AO PARECER Nº 515, DE 1996

Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 158, de 1996.

*Dispõe sobre a distribuição
gratuita de medicamentos aos
portadores do HIV e doentes de
AIDS.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização deverá ser revista e republicada anualmente, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado. *da Câmara*

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das oriundas da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. *da CD*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

16 SET 14 47 023405

SENADO COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
DIRETORIA GERAL

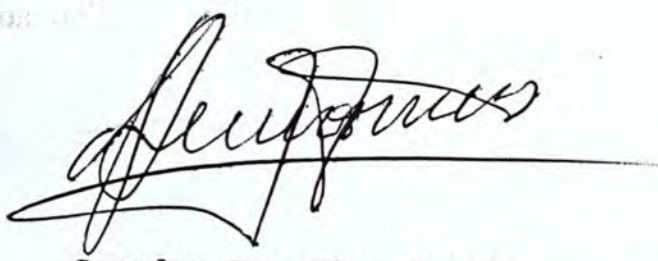
Ofício nº 1364 (SF)

Projeto de Lei do Senado

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, constante dos autógrafos em anexo, que "dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS".

Senado Federal, em 16 de setembro de 1996



Senador Ernandes Amorim
Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Wilson Campos
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
JF/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
P.L.S. N.º 158 / 96
Fls. 15

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

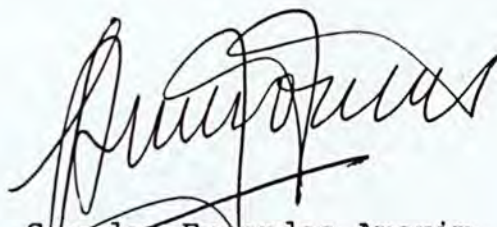
§ 2º A padronização deverá ser revista e republicada anualmente, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das oriundas da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de setembro de 1996



Senador Ernandes Amorim
Quarto-Secretário do Senado Federal,
no exercício da Presidência

JF/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente

PLS N.º 358 96
Fls. 15 06

SINOPSE

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

Apresentado pelo Senador José Sarney

Lido no expediente da Sessão de 12/7/96, e publicado no DCN (Seção II) de 13/7/96. Despachado à Comissão de Assuntos Sociais (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 12/9/96, anunciada a matéria é proferido pelo Sen. Lúcio Alcântara, Relator designado, parecer de plenário em substituição à CAS, favorável. Aprovado, após usarem da palavra os Senadores Pedro Simon, Ramez Tebet e Romeu Tuma. À CDIR para redação final da matéria. Leitura do Parecer nº 515/96-CDIR (Rel. Sen. Ney Suassuna), oferecendo a redação final da matéria. Aprovada.

À Câmara dos Deputados com o SF/Nº... 1364 - L 16/09/96.

JF/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
PLS N.º 158 / 96
Fls. 001

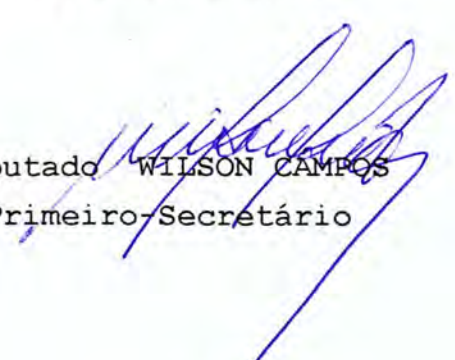
PS-GSE/ 171 /96

Brasília, 16 de outubro de 1996.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei dessa Casa nº 2.375, de 1996 (nº 158/96, na origem), que "Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde".

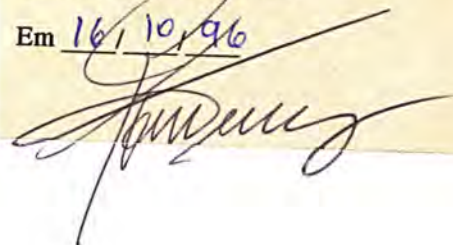
Atenciosamente,


Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro-Secretário

Sua Excelência o Senhor
Senador ODACIR SOARES RODRIGUES
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158/96
Fls. 18 ✓

Em 16/10/96



Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 2.375-A, de
1996, do Senado Federal (PLS nº
158/96, na Casa de origem), que "dis-
põe sobre a distribuição gratuita de
medicamentos aos portadores do HIV e
doentes de AIDS".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a distribuição gratuita
de medicamentos no âmbito do Sistema
Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os portadores do vírus da imunodeficiência
humana - HIV receberão, gratuitamente, do Sistema Único de
Saúde, a medicação necessária a seu tratamento, na forma do
disposto nesta Lei.

§ 1º. O Poder Executivo, por intermédio do
Ministério da Saúde, padronizará as terapias para utilização
dos medicamentos em cada estágio evolutivo da infecção e da
doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos
gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º. A padronização de terapias deverá ser revista
e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário,
para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à
disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

§ 3º. A distribuição gratuita dos medicamentos observará critérios sócio-econômicos, conforme regulamento, e dará prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme regulamento. *MR*

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de outubro de 1996.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158 / 96
Fls. 208



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. N.º 158/96

Fls. 24 r

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI N° 2.375-A, DE 1996, DO SENADO FEDERAL
(PLS N° 158/96, na Casa de origem)

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei n° 2.375-A, de
1996, do Senado Federal (PLS n°
158/96, na Casa de origem), que "dis-
põe sobre a distribuição gratuita de
medicamentos aos portadores do HIV e
doentes de AIDS".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a distribuição gratuita
de medicamentos no âmbito do Sistema
Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os portadores do vírus da imunodeficiência
humana - HIV receberão, gratuitamente, do Sistema Único de
Saúde, a medicação necessária a seu tratamento, na forma do
disposto nesta Lei.

§ 1º. O Poder Executivo, por intermédio do
Ministério da Saúde, padronizará as terapias para utilização
dos medicamentos em cada estágio evolutivo da infecção e da
doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos
gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º. A padronização de terapias deverá ser revista
e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário,
para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à
disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

(Assinatura)



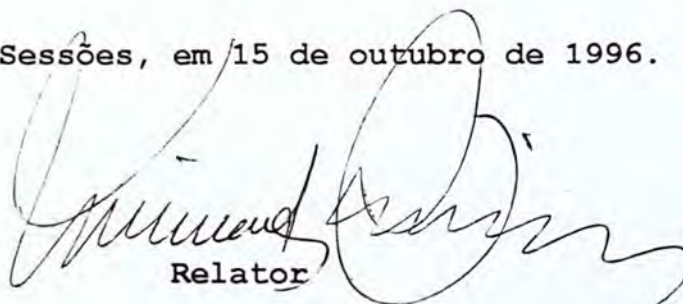
CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º. A distribuição gratuita dos medicamentos observará critérios sócio-econômicos, conforme regulamento, e dará prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme regulamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1996.


Relator

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158, 96
Fls. 22 8

CÂMARA DOS DEPUTADOS SEÇÃO DE SINOPSE		PROJETO DE LEI N.º 2,375	de 19 96	A U T O R
E M E N T A Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.				SENADO FEDERAL (PLS Nº 158/96) Sen. JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
A N D A M E N T O				Sancionado ou promulgado
<div><u>MESA</u> Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.</div> <div><u>PLENÁRIO</u> 16,09.96 É lido e vai a imprimir.</div> <div><u>PLENÁRIO</u> 08.10.96 Aprovado o requerimento dos Deps.: Michel Temer, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PMN/PSC; Inocêncio Oliveira, Líder do Bloco PFL/PTB; Ayrton Xerez, na qualidade de Líder do PSDB; Paulo Rocha, na qualidade de Líder do PT; Jofran Frejat, na qualidade de Líder do Bloco PPB/PL; Jair Soares, em apoio; Matheus Schmidt, Líder do PDT e Fernando Gabeira, Líder do PV, solicitando nos termos do art. 155 do RI, <u>urgência</u> para este projeto.</div>				Publicado no Diário Oficial de
				Vetado
				Razões do veto-publicadas no
				SENADO FEDERAL Protocolo Legislativo P.L.S. N.º 158 / 96 Fls. 23

Vide verso...

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158 / 96
Fls. 23

PLENÁRIO

09.10.96

Discussão em Turno Único.

Aprovado o requerimento do Dep. Benito Gama, Líder do Governo, solicitando a retirada de pauta da Ordem do Dia deste projeto.

PLENÁRIO

15.10.96

Discussão em Turno Único.

Designação do relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, para proferir parecer em substituição à CSSF, que conclui pela aprovação, com Substitutivo.

Designação do relator, Dep. Ayrton Xerez, para proferir parecer em substituição à CFT, que conclui pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos do Substitutivo do relator da CSSF.

Designação do relator, Dep. Vilmar Rocha, para proferir parecer em substituição à CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do Substitutivo do relator da CSSF.

Encerrada a discussão.

Em votação o Substitutivo do relator da CSSF: APROVADO.

Prejudicado o projeto inicial.

Em votação a Redação Final, oferecida pelo relator, Dep.

: APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 2375-A/96).

MESA

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.375, DE 1996

(Do Senado Federal)

PLS Nº 158/96

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Pendente de pareceres das Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

(PROJETO DE LEI Nº 2.375, DE 1996)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização deverá ser revista e republicada anualmente, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das oriundas da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

SENADO FEDERAL

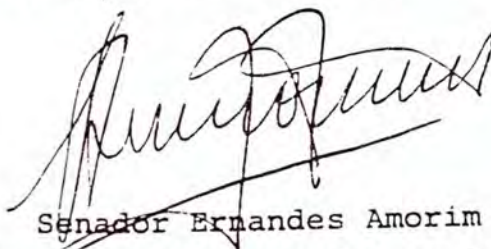
Protocolo Legislativo

P.L.S. Nº 158/96

Fls. 25

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de setembro de 1996



Senador Ernandes Amorim
Quarto-Secretário do Senado Federal
no exercício da Presidência

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDi"

República Federativa do Brasil

CONSTITUIÇÃO

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158/96
Fls. 26

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

.....
Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
.....

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.
.....
.....

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

Apresentado pelo Senador José Sarney

Lido no expediente da Sessão de 12/7/96, e publicado no DCN (Seção II) de 13/7/96. Despachado à Comissão de Assuntos Sociais (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 12/9/96, anunciada a matéria é proferido pelo Sen. Lúcio Alcântara, Relator designado, parecer de plenário em substituição à CAS, favorável. Aprovado, após usarem da palavra os Senadores Pedro Simon, Ramez Tebet e Romeu Tuma. À CDIR para redação final da matéria. Leitura do Parecer nº 515/96-CDIR (Rel. Sen. Ney Suassuna), oferecendo a redação final da matéria. Aprovada.

À Câmara dos Deputados com o SF/Nº... 1364 - L 16/09/96.

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. N.º 158 / 96

Fls. 28 f

Ofício nº 1364 (SF)

Senhor Primeiro-Secretário.

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, constante dos autógrafos em anexo, que "dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS".

Senado Federal, em 16 de setembro de 1996



Senador Ernandes Amorim
Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Wilson Campos
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
JF/.

Centro Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158 / 96
Fls. 28 f



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA AO PROJETO DE LEI Nº 2.375/96, DO SENADO FEDERAL

"Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.375/96 do Senado estabelece que os portadores de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e os doentes de AIDS receberão do Sistema Único de Saúde, gratuitamente, toda a medicação necessária ao seu tratamento.

Para tanto, estabelece que o Ministério da Saúde padronizará os medicamentos a serem utilizados nos estágios evolutivos da infecção e da doença.

Por fim, o Projeto determina que as despesas decorrentes da implementação da lei correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde e da arrecadação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira.

II - VOTO

O projeto sob exame apresenta méritos indiscutíveis, principalmente levando-se em conta o alto custo dos medicamentos utilizados no tratamento da AIDS, que praticamente inviabiliza a sua aquisição pela grande maioria dos portadores da doença.

Após a análise do projeto optamos por oferecer um substitutivo, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, sem modificações em seu mérito.

As alterações que ora estamos propondo ao texto do Projeto em nada modificam sua essência, mas apenas procuram aprimorar seus dispositivos e, especialmente, tornar mais viável sua implementação, além de observar o princípio de justiça social na distribuição dos remédios.

Dessa forma, apresentamos projeto substitutivo com as seguintes alterações no texto original:

- no artigo 1º: retiramos a expressão referente a doentes de AIDS, uma vez que esses já se encontram incluídos no termo genérico "portadores de HIV", que consta do artigo;

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158/96
Fls. 28 f



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- no parágrafo 1º: o projeto original estabelece que o Poder Executivo "padronizará os medicamentos", com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelo SUS; nesse caso, torna-se necessário utilizar conceito mais abrangente que o de medicamentos. razão pela qual optamos por definir que o Poder Executivo padronizará as "terapias para utilização dos medicamentos", conceito que inclui também os medicamentos;

- no parágrafo 2º apenas acrescentamos a palavra "terapias" após a palavra "padronização", por concordância com a modificação sugerida no parágrafo 1º;

- acrescentamos o parágrafo 3º, que procura fixar diretrizes mais justas para a entrega dos medicamentos aos doentes, ao estabelecer que deverão ser observados critérios sócio-econômicos na distribuição gratuita dos medicamentos. Adicionamos ainda que será dada prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar. Como se sabe, são justamente os doentes de baixa renda os mais necessitados de ajuda do sistema público de saúde. Dada a escassez de recursos orçamentários dos entes governamentais, a não previsão dos dois critérios poderia ocasionar a falta de medicamentos para os doentes sem recursos próprios.

- no artigo 2º, que define as competências para a cobertura orçamentária do programa, estamos propondo duas modificações:

a) o estabelecimento de que, além da União, também os Estados, o Distrito Federal e os municípios arcarão com as despesas decorrentes da implementação da lei. Duas considerações nos orientaram nessa proposição: primeiro, o próprio preceito constitucional contido no parágrafo único do artigo 198, que diz que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes; segundo, como os doentes serão tratados nos municípios, torna-se necessário que esses também participem, ao lado dos governos estaduais, do esforço conjunto para o sistema de distribuição gratuita que o projeto de lei está criando.

b) excluimos a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira como fonte de recursos da distribuição de medicamentos, dada a natureza provisória daquela contribuição.

Finalmente, reafirmamos que o propósito de oferecer um substitutivo ao Projeto de Lei 2.375/96, sem modificar seus fundamentos originais, parte da constatação da necessidade do estabelecimento de critérios e normas claras para a distribuição gratuita dos remédios, de forma a possibilitar a implementação da proposição, sem riscos de sua continuidade.

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. N.º 158/96

Fls. ~~29~~ 30



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA AO
PROJETO DE LEI Nº 2.375/96, DO SENADO FEDERAL**

"Dispõe sobre a distribuição gratuita de
medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde".

Art. 1º Os portadores de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, a medicação necessária a seu tratamento, na forma do disposto nesta lei.

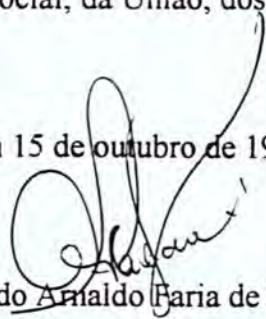
§1º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, padronizará as terapias para utilização dos medicamentos em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

§3º A distribuição gratuita dos medicamentos observará critérios sócio-econômicos, conforme regulamento, e dará prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme regulamento.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1996.


Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relator

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 158 / 96
Fls. 34

PARECER DO RELATOR
DESIGNADO PELA
MESA, EM
SUBSTITUIÇÃO À
COMISSÃO DE
SEGURIDADE SOCIAL
E FAMÍLIA,
AO PROJETO DE LEI
Nº 2.375, DE 1996

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA, EM
SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA, AO PROJETO DE LEI Nº 2.375, DE 1996**

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PPB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com referência ao Projeto de Lei nº 2.375, de 1996, conversando com representantes do Ministério da Saúde e várias Lideranças, concluímos pela necessidade de aprovação desse projeto, mas com algumas adaptações e correções.

Desta forma, chegamos ao Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 2.375, do Senado Federal, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.375, de 1996, do Senado Federal estabelece que os portadores de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e os doentes de AIDS receberão do Sistema Único de Saúde, gratuitamente, toda a medicação necessária ao seu tratamento.

Para tanto, estabelece que o Ministério da Saúde padronizará os medicamentos a serem utilizados nos estágios evolutivos da infecção e da doença.

Por fim, o Projeto determina que as despesas decorrentes da implementação da lei correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde e da arrecadação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira.

II - VOTO

O projeto sob exame apresenta méritos indiscutíveis, principalmente levando-se em conta o alto custo dos medicamentos utilizados no tratamento da AIDS, que praticamente inviabiliza a sua aquisição pela grande maioria dos portadores da doença.

Após a análise do projeto optamos por oferecer um substitutivo, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, sem modificações em seu mérito.

As alterações que ora estamos propondo ao texto do Projeto em nada modificam sua essência, mas apenas procuram aprimorar seus dispositivos e, especialmente, tornar mais viável sua implementação, além de observar o princípio de justiça social na distribuição dos remédios.

Dessa forma, apresentamos projeto substitutivo com as seguintes alterações no texto original:

- no artigo 1º: retiramos a expressão referente a doentes de AIDS, uma vez que esses já se encontrarn incluídos no termo genérico "portadores de HIV", que consta do artigo;

- no parágrafo 1º: o projeto original estabelece que o Poder Executivo "padronizará os medicamentos", com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelo SUS; nesse caso, torna-se necessário utilizar conceito mais abrangente que o de medicamentos, razão pela qual optamos por definir que o Poder Executivo padronizará as "terapias para utilização dos medicamentos", conceito que inclui também os medicamentos;

- no parágrafo 2º apenas acrescentamos a palavra "terapias" após a palavra "padronização", por concordância com a modificação sugerida no parágrafo 1º;

- acrescentamos o parágrafo 3º, que procura fixar diretrizes mais justas para a entrega dos medicamentos aos doentes, ao estabelecer que deverão ser observados critérios sócio-econômicos na distribuição gratuita dos medicamentos. Adicionamos ainda que será dada prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar. Como se sabe, são justamente os doentes de baixa renda os mais necessitados de ajuda do sistema público de saúde. Dada a escassez de recursos orçamentários dos entes governamentais, a não previsão dos dois critérios poderia ocasionar a falta de medicamentos para os doentes sem recursos próprios.

- no artigo 2º, que define as competências para a cobertura orçamentária do programa, estamos propondo duas modificações:

a) o estabelecimento de que, além da União, também os Estados, o Distrito Federal e os municípios arcarão com as despesas decorrentes da implementação da lei. Duas considerações nos orientaram nessa proposição: primeiro, o próprio preceito constitucional contido no parágrafo único do artigo 198, que diz que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes; segundo, como os doentes serão tratados nos municípios, torna-se necessário que esses também participem, ao lado dos governos estaduais, do esforço conjunto para o sistema de distribuição gratuita que o projeto de lei está criando.

b) excluimos a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira como fonte de recursos da distribuição de medicamentos, dada a natureza provisória daquela contribuição.

Finalmente, reafirmamos que o propósito de oferecer um substitutivo ao Projeto de Lei 2.375/96, sem modificar seus fundamentos originais, parte da constatação da necessidade do estabelecimento de critérios e normas claras para a distribuição gratuita dos remédios, de forma a possibilitar a implementação da proposição, sem riscos de sua continuidade.

*SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA AO
PROJETO DE LEI Nº 2.375/96, DO SENADO FEDERAL*

*"Dispõe sobre a distribuição gratuita de
medicamentos no âmbito do Sistema Único de
Saúde".*

*Art. 1º Os portadores de HIV (Vírus da Imunodeficiência
Humana) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, a medicação
necessária a seu tratamento, na forma do disposto nesta lei.*

*§1º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde,
padronizará as terapias para utilização dos medicamentos em cada estágio
evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos
pelos gestores do Sistema Único de Saúde.*

*§2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada
anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento
científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.*

*§3º A distribuição gratuita dos medicamentos observará critérios
sócio-econômicos, conforme regulamento, e dará prioridade aos pacientes em
regime de internação hospitalar.*

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme regulamento.

Sala das Sessões, em 15 de outubro 1996.

Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relator

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Solicito às Lideranças apoio para aprovação do mesmo.

PARECER DO RELATOR
DESIGNADO PELA MESA,
EM SUBSTITUIÇÃO À
COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
E DE REDAÇÃO AO
PROJETO DE LEI
Nº 2.375, DE 1996

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA, EM
SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE
REDAÇÃO, AO PROJETO DE LEI Nº 2.375, DE 1996**

O SR. VILMAR ROCHA (Bloco/PFL-GO. Para emitir parecer.

Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao analisar os artigos e parágrafos do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.375, de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, informo que não há nenhum óbice de natureza constitucional, de técnica legislativa ou de juridicidade para aprovação do projeto.

Por via de consequência, nosso parecer é favorável à aprovação do substitutivo.

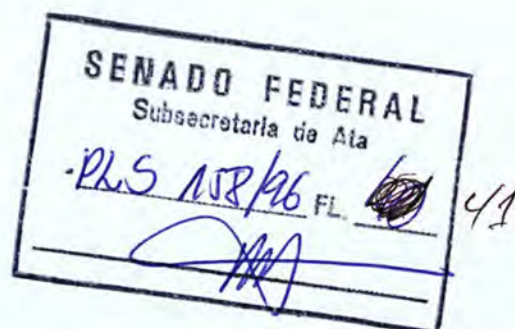
Aprovado.
Em 22.10.96.
[Signature]

REQUERIMENTO Nº 1.006, DE 1996

Requeremos, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno, urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1995, de autoria do Senador José Sarney, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids.*

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1996.

[Signature] - PMDB. (JADER BARBALHO) - 24
[Signature] - PTB (VALMIR CAMPELO) - 24
[Signature] - PFL (EDISON LOBÃO) - 22
[Signature] - PSDB (SÉRGIO MACHADO) - 13
63





1
PARECER Nº , DE 1996

em substituição à

de COMISSÃO DE ASSUNTOS
SOCIAIS sobre o Substitutivo da
Câmara ao Projeto de Lei do Senado
nº 158, de 1996, que "*dispõe sobre a
distribuição gratuita de
medicamentos aos portadores do HIV
e doentes de Aids*".

RELATOR: Senador LÚCIO ALCÂNTARA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, dispondo sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e doentes de Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), de autoria do Senador José Sarney, tramitou em regime de urgência no Senado Federal (Requerimento nº 782, de 1996, do autor, de inclusão em ordem do dia, e Requerimento nº 897, de 1996, dos líderes, de urgência), sem receber emendas, tendo sido aprovado em Plenário, no dia 12 de setembro passado, mediante parecer de minha autoria, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

Nessa mesma sessão, foi aprovada redação final oferecida pela Comissão Diretora e encaminhado à Câmara dos Deputados em 16 de setembro.

Na Câmara dos Deputados, foi distribuído às comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), tendo, no entanto, — da mesma forma que no Senado

SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Ata	
PLS 158/96	FL. <u>42</u>
<i>[Assinatura]</i>	



— acabado por tramitar em regime de urgência, por requerimento das lideranças.

Foi apreciado pelo Plenário daquela Casa na sessão do dia 15 de outubro, quando recebeu parecer pela aprovação com substitutivo do Deputado Arnaldo Faria, em substituição à CSSF; parecer pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação nos termos do substitutivo da CSSF, do Deputado Ayrton Xerex, em substituição à CFT; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do substitutivo, do Deputado Vilmar Rocha, em substituição à CCJR.

O resultado foi a aprovação do substitutivo, declarando-se prejudicado o projeto inicial.

Nessa mesma sessão, foi finalmente aprovada a redação final, oferecida pelo Deputado Nilson Gibson.

O Projeto retornou ao Senado para apreciação do Substitutivo da Câmara em 16 de outubro.

Em 22 de outubro, foi lido e aprovado requerimento de urgência (Requerimento nº 1.006, de 1996, dos líderes) para apreciação do projeto em Plenário, na segunda sessão ordinária subsequente (artigo 336, alínea b, do Regimento Interno).

II – O SUBSTITUTIVO DA CÂMARA

O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, altera o projeto inicial em sete pontos:

1º) altera a ementa;

2º) limita aos portadores do HIV o direito de receber gratuitamente, do Sistema Único de Saúde (SUS), a medicação necessária a seu tratamento, excluindo os doentes de Aids (art. 1º, *caput*);





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LÚCIO ALCÂNTARA

3º) altera a redação do § 1º do artigo 1º (troca “padronizará os medicamentos” por “padronizará as terapias para utilização dos medicamentos”);

4º) acrescenta a situação “sempre que se fizer necessário” para que a revisão e republicação da padronização de terapias seja feita, o que o projeto inicial previa ocorrer apenas anualmente (art. 1º, § 2º);

5º) acrescenta ao art. 1º um parágrafo 3º dispondo que “a distribuição gratuita dos medicamentos observará critérios sócio-econômicos, conforme regulamento, e dará prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar”;

6º) define que as despesas decorrentes da implementação desta lei sejam financiadas com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, dos estados e dos municípios — enquanto o projeto inicial previa que deveria correr por conta de dotações orçamentárias próprias do Ministério da Saúde e das oriundas da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) —, acrescentando que isso se dará “conforme regulamento” (art. 2º);

7º) não inclui dispositivo revogatório de disposições em contrário (art. 4º do projeto inicial).

III – VOTO

3.1. O Substitutivo da Câmara altera a ementa do Projeto, dando à mesma uma amplitude que o Projeto não tem.

O Projeto dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e da Aids, isto é, destina-se a garantir o direito de assistência farmacêutica de um segmento específico da população brasileira.

Ao contrário, a ementa do Substitutivo sugere uma abrangência muito maior, que nem o projeto inicial nem o próprio substitutivo têm: a distribuição gratuita de medicamentos — genericamente — no âmbito do SUS.

JP

SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Ata	
PLS 158/96	FL 43



Assim sendo, somos pela rejeição do texto da ementa do Substitutivo da Câmara e pela restauração do texto da ementa do projeto inicial.

3.2. Não tem sentido limitar o direito à medicação apenas aos portadores, excluindo os doentes. O objetivo maior dos esquemas terapêuticos que associam drogas antiretrovirais com inibidores da protease é o de reduzir a carga viral ou viremia com significativo adiamento do estágio de doença (no caso de portadores) e redução importante do número e da gravidade de episódios infecciosos e neoplasias (no caso de doentes), aumentando a sobrevida e melhorando a qualidade de vida tanto de portadores como de doentes.

Considerando-se o elevadíssimo custo desses tratamentos, pode-se perceber que sua disponibilização gratuita através do SUS dificilmente poderá ser universal — por mais que o desejemos — para atingir os mais de 50 mil doentes conhecidos e os 450 mil portadores estimados existir no Brasil.

As prioridades, pelo menos nos momentos iniciais desse programa de assistência farmacêutica, serão, sem sombra de dúvida, aquelas pessoas que já estão no estágio de doença e que mais prontamente têm necessidade do tratamento.

Não há a menor dúvida que — entre um portador e um doente, na impossibilidade de oferecer o tratamento para os dois — o doente deverá ter prioridade sobre o portador, em razão da maior urgência deste em ser tratado.

A exclusão dos doentes do benefício, por outro lado, cria uma contradição com o disposto no texto do parágrafo 1º do próprio artigo: se apenas os portadores terão direito a receber medicamentos gratuitamente do SUS, porque padronizar os medicamentos a serem utilizados “em cada estágio evolutivo da infecção e da doença”?

Ainda em relação a este tópico de prioridades para o recebimento do benefício, não é tecnicamente correta a prioridade para os pacientes em regime de internação hospitalar, como prevê o Substitutivo em seu artigo 3º.

Em primeiro lugar, só doentes são internados, enquanto os portadores — uma vez que estão hígidos — não têm porque serem hospitalizados, a não ser na eventualidade de uma intercorrência sem relação com sua situação. Esta é, assim, outra contradição do Substitutivo.





Por outro lado, a administração dos esquemas atualmente disponíveis pode e deve ser feita em regime de autoadministração, com dispensação dos medicamentos por qualquer serviço de farmácia, não necessariamente um serviço de farmácia hospitalar.

Não há nada na literatura médica que indique a necessidade de internação hospitalar para uso dos medicamentos nem a necessidade de supervisão da sua administração. O acompanhamento médico dos pacientes em uso dessa terapêutica, em razão da alta incidência de reações decorrentes de toxicidade, pode e deve ser feito em regime ambulatorial.

Mais ainda, em vistas dos altos custos dos tratamentos hospitalares de pacientes de Aids e da conveniência de tratar um bom número de intercorrências em regimes de hospital-dia, assistência domiciliar e similares — que reduzem os custos, mantém a integração social do paciente e sua qualidade de vida — todos os países do mundo estão adotando e estimulando políticas de desospitalização. Por que deveríamos caminhar na contramão da história?

Em vista do exposto, somos de parecer contrário a provação do caput do art. 1º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, restaurando-se a redação do caput do art. 1º do projeto inicial.

3.3. “Padronização de medicamentos” é uma expressão técnica utilizada em Farmácia que significa a determinação ou a seleção — feita geralmente por uma comissão de especialistas em Farmácia e Terapêutica — de que medicamentos serão utilizados em um determinado programa de saúde ou de assistência farmacêutica ou colocados a disposição do corpo de terapeutas de um determinado serviço de saúde. Visa a orientar a aquisição, a administração, o uso e a avaliação dos referidos medicamentos.

A padronização de medicamentos gera uma lista dos medicamentos que serão usados, informando também em que formulações e em que quantidades deverão ser adquiridos.

Padronização de medicamentos é, assim, uma expressão e um procedimento técnico. Como o Projeto em apreciação e seu Substitutivo tratam de uma atividade de assistência farmacêutica, regulamentando a ação do Poder Executivo — que, nesse caso, terá um caráter técnico — nada mais lógico que se utilizem expressões e termos técnicos nessa regulamentação.

JP

SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Ata	
PLS 158/96	FL 45



A redação dada pelo Substitutivo ao §1º do art. 1º, tomou o termo “padronização” na sua acepção comum e não técnica, prejudicando o entendimento da intenção do proponente da matéria que pretendia que a aquisição e a disponibilização dos medicamentos de que trata o Projeto fossem adequados — em qualidade, quantidade e fórmula — às necessidades de seus consumidores e, ao mesmo tempo, selecionados coerentemente com o conhecimento científico e tecnológico disponível. Daí dispor que os medicamentos a serem utilizados nesse programa aqui instituído, de assistência farmacêutica a portadores do HIV e pacientes de Aids, fossem *padronizados* pelo Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, lançando mão do concurso de especialistas da área — como, em verdade, já vem fazendo — ou, pelo menos, de sua competência legal para tanto.

Somos, assim, contrários a aprovação da redação do § 1º do art. 1º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, e favoráveis à manutenção da redação oferecida pelo projeto inicial.

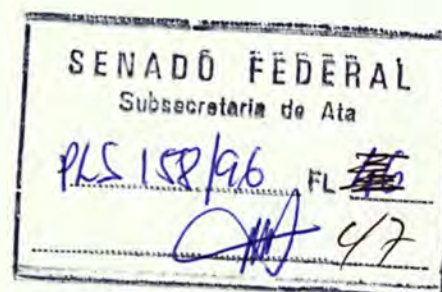
3.4. A nova redação dada pelo Substitutivo ao § 2º do art. 1º aprimora o Projeto. Sem dúvida a revisão da padronização dos medicamentos poderá ser necessária antes de transcorrido um ano do seu estabelecimento inicial ou revisão, dada a celeridade com que a indústria farmacêutica tem colocado no mercado novos produtos.

Somos de parecer favorável a aprovação da redação dada pelo Substitutivo ao § 2º do artigo 1º.

3.5. O estabelecimento de restrições ao acesso aos medicamentos pela interposição de critério sócio-econômicos (novo § 3º do art. 1º - inexistente no projeto inicial) é inconstitucional, ferindo o artigo 196 da Constituição Federal que determina que o Estado deverá garantir, mediante políticas sociais — como é o caso aqui —, o direito ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

A prioridade para pacientes hospitalizados já foi por nós apreciada anteriormente.

Somos, assim, contrários a aprovação do § 3º do art. 1º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, por inconstitucional.





3.6. A redação dada pelo Substitutivo da Câmara ao art. 2º é, sem dúvida, superior à solução encontrada pelo projeto inicial para garantir o financiamento do programa que institui.

Sendo a CPMF um tributo de vigência provisória, a solução encontrada pelo projeto original poderá, cedo, mostrar-se insuficiente para garantir a permanência da atividade.

Finalmente, atribuir a estados, ao Distrito Federal e a municípios a partilha do financiamento das ações e serviços de saúde é uma diretriz muito atual e muitíssimo acertada em vista da urgente necessidade de reestruturar-se o arcabouço financeiro do SUS e redeterminar funções e responsabilidades dos três níveis de governo no financiamento do setor.

Desta forma, somos de parecer pelo acatamento do art. 2º do Substitutivo da Câmara, declarando prejudicado o art. 2º do projeto inicial.

3.7. O Substitutivo não contempla dispositivo revogatório de disposições contrárias, previsto no projeto inicial (art. 4º), como manda a boa técnica legislativa.

Somos de parecer pela recomposição do projeto pela manutenção do art. 4º do projeto inicial, do Senado.

3.8. Concluindo, somos pela recomposição do projeto original do Senado, adotando-se a redação dada pelo Substitutivo da Câmara ao § 2º do art. 1º e ao art. 2º.

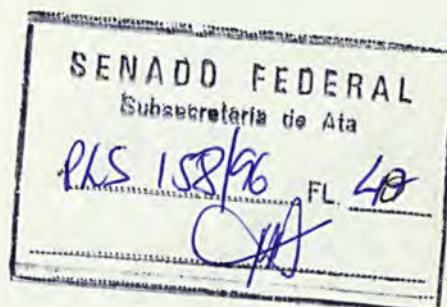
Este é o voto.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1996

, Presidente

Lucio Alcântara

, Relator



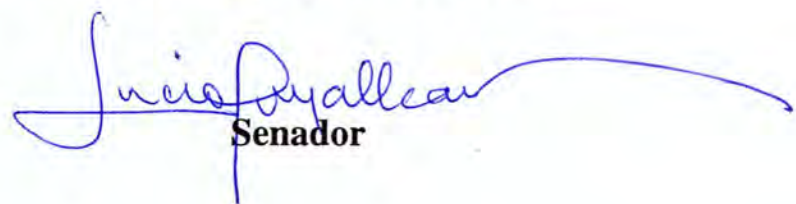
1

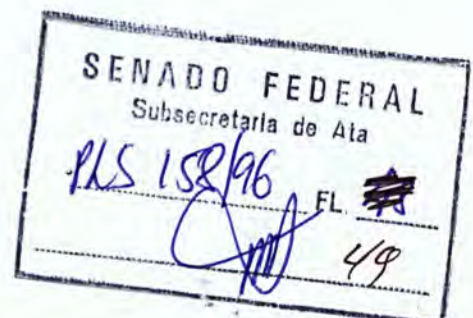
Apustado
21.10.96
Fau

REQUERIMENTO Nº 1022, DE 1996

Requeiro, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, a votação em globo dos dispositivos, de parecer favorável, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.375/96, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.*

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1996.


Senador

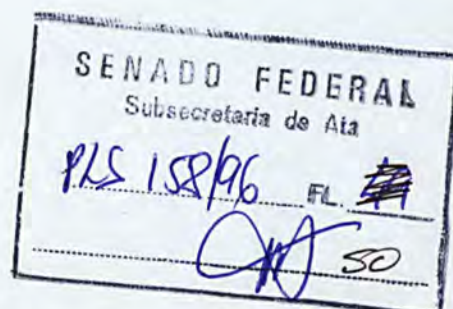


Aprovado
24.10.96

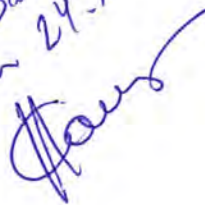
REQUERIMENTO Nº 1023, DE 1996

Requeiro, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, a votação em globo dos dispositivos, de parecer contrário, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.375/96, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS*.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1996.


Senador


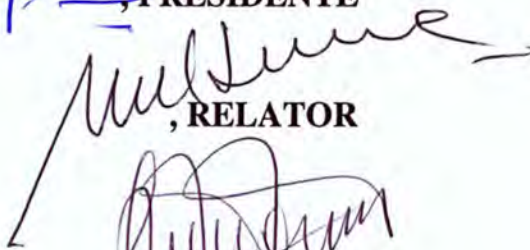
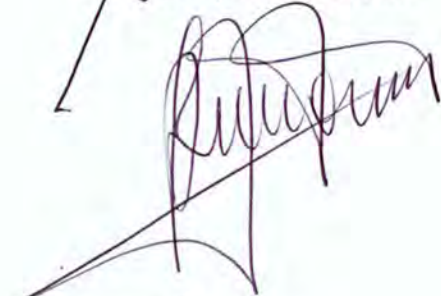
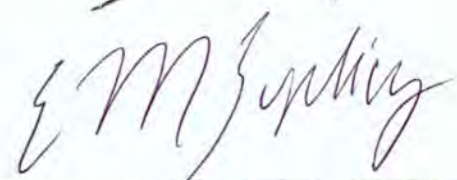
COMISSÃO DIRETORA
PARECER Nº 557, DE 1996

Aprovado
- A
Santos
em 24.10.96


Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº
2.375/96, na Câmara dos Deputados).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei
do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.375/96, na Câmara dos Deputados), que *dispõe
sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes
de AIDS.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 24 de outubro de 1996.

, **PRESIDENTE**
, **RELATOR**



SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Aia	
PLS 158/96	FL. 51
	

ANEXO AO PARECER Nº 557, DE 1996

Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº
2.375/96, na Câmara dos Deputados).

*Dispõe sobre a distribuição
gratuita de medicamentos aos
portadores do HIV e doentes de
AIDS.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



A Presidência deseja prestar ao Plenário esclarecimentos que se referem à declaração do resultado da votação das partes do substitutivo da Câmara, apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996, constante do item 1 da Ordem do Dia, e que tiveram parecer contrário do nobre Senador Lúcio Alcântara, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

As mencionadas partes foram submetidas em globo ao Plenário e rejeitadas. Acatadas, portanto, as conclusões daquele parecer.

A Presidência, por equívoco, as declarou aprovadas.

À vista desses esclarecimentos, a Presidência determina aos órgãos da Casa que, nas anotações e publicações do resultado da referida votação sejam feitas as retificações necessárias, a fim de prevalecer a vontade manifestada pelo Plenário.

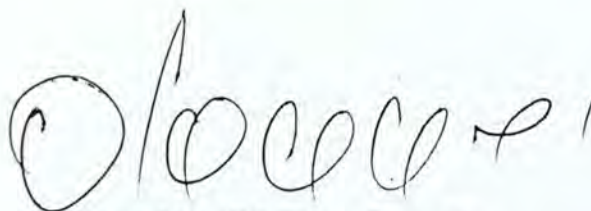


Ofício nº 483 (SF)

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência a Mensagem nº 296, de 1996 (SF) do Excelentíssimo Senhor Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (PL nº 2.375, de 1996, na Câmara dos Deputados), que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS”.

Senado Federal, em 24 de outubro de 1996



Senador Odacir Soares
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Clóvis de Barros Carvalho
DD. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República
rfr/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
PLS N.º 158 96
Fls. 54

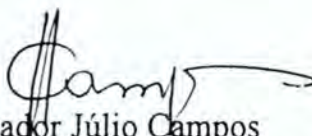
Recebido no SUPRA
às 21:05 horas
do dia 24/10/96
por: Juarez

Mensagem nº 296 (SF)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submeto à sanção de Vossa Excelência o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (PL nº 2.375, de 1996, na Câmara dos Deputados), aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS”.

Senado Federal, em 24 de outubro de 1996



Senador Júlio Campos
Segundo Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

rfr/.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Expediente

PLS N.º 158/96

Fls. ~~57~~ 55

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

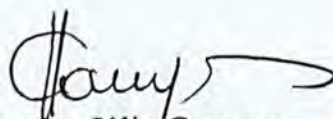
§ 2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de outubro de 1996



Senador Júlio Campos
Segundo Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

rfr/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de expediente
115 N.º 158/96
Fls. 56

CÂMARA DOS DEPUTADOS

25001 10288 026554

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
INTERIORES GERAL

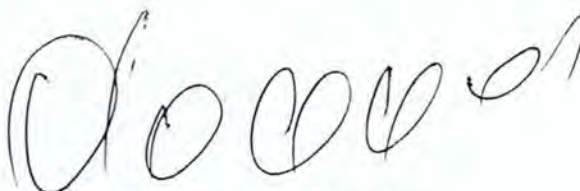
Ofício nº 1.484 (SF)

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal, com referência ao substitutivo dessa Casa oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (PL nº 2.375, de 1996, nessa Casa), que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS”, dele aprovou as disposições do § 2º do art. 1º e o art. 2º, tendo rejeitado as demais alterações propostas à ementa, “caput”, §§ 1º e 3º do art. 1º e a supressão do art. 4º do projeto originário.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Senado Federal, em 24 de outubro de 1996



Senador Odacir Soares
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Wilson Campos
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
rfr/.

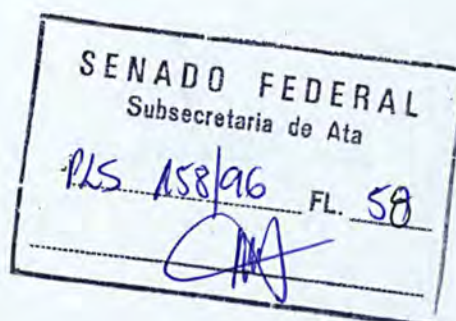
SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
PLS N.º 158/96
Fls. 57

SF - 14.11.96

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 243, de 1996 (nº 1.167/96, na origem), de 13 de novembro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.317/96, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes da AIDS*, sancionado e transformado na Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996.



Mensagem nº 243, de 1996.

Mensagem nº 1.167

junte-se ao precatado do Projeto
de lei do Senado nº 158, de 1996.
à publicação
em 14/11/96.

EM Juntar

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996.

Brasília, 13 de novembro de 1996.

[Assinatura]

SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Ata	
PLS 158/96	FL <input checked="" type="checkbox"/>
<i>[Assinatura]</i>	59

LEI Nº 9.313 , DE 13 DE NOVEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

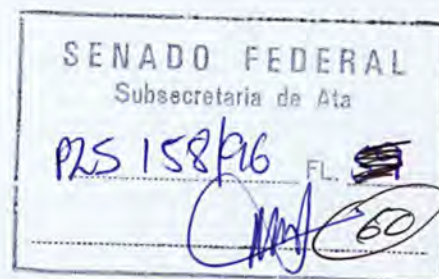
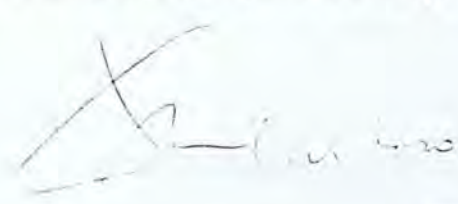
§ 2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.



Senado Federal
13/11/96
[Assinatura]

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

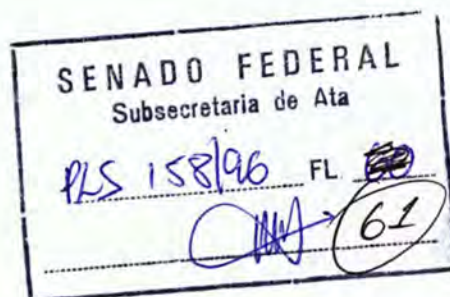
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

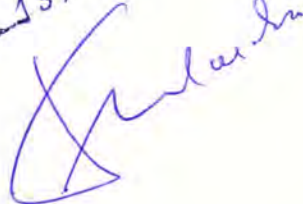
Senado Federal, em 24 de outubro de 1996

[Assinatura]

Senador Júlio Campos
Segundo Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

rfr/.



Sancionado
13/11/96


Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

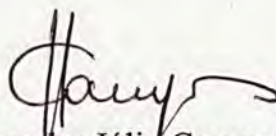
§ 2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de outubro de 1996



Senador Júlio Campos
Segundo Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

rfr/.

SENADO FEDERAL	
Subsecretaria de Ata	
PRS 158/96	FL 62
	

Aviso nº 1.494- SUPAR/C. Civil.

Brasília, 13 de novembro de 1996.

Senhor Primeiro Secretário,

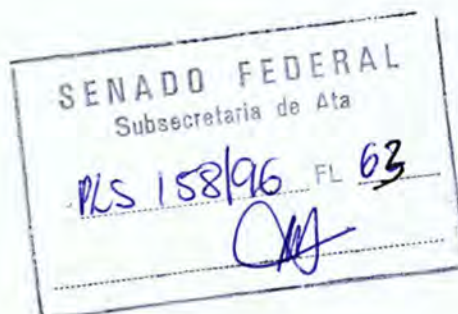
Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 158, de 1996 (nº 2.317/96 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996,

Atenciosamente,



CLOVIS DE BARROS CARVALHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador ODACIR SOARES
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.





SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

TERMO DE ARQUIVAMENTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158/96.

Contém este processo 64 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 217,
alínea _____, do Regulamento, estando o mesmo com a tramitação concluída.

Subsecretaria de Arquivo, 27 de Novembro de 1996

[Assinatura]

Está classificado e fichado. Encaminho-o ao funcionário informante.

Subsecretaria de Arquivo, _____ de _____ de 19____

Confere. Submeto o presente processo à consideração do Sr. Diretor, com as fichas
inclusas, devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 11 de dezembro de 1996

[Assinatura]
Waldemar Araújo Oliveira
Chefe da Seção de Arquivo de Proposições

Arquive-se.

Em 13 / 12 / 1996

[Assinatura]
DIRETOR

Maria Helena Ruy Ferreira
Diretora da Subsecretaria de Arquivo

